ORDEM DOS ENGENHEIROS

CONSELHO COORDENADOR DOS COLÉGIOS

Ata n.º 3/ 2013

Data: 8 de maio de 2013 às 16h00
Local: Sede da Ordem dos Engenheiros, em Lisboa

Estiveram presentes os (as) seguintes Engenheiros (as): Carlos Matias Ramos, Bastonário, que presidiu à primeira parte da reunião; Carlos Loureiro, que presidiu à segunda parte da reunião na qualidade de Vice-presidente Nacional e Presidente do CCC; Manuela Mesquita (Vogal Nacional do Colégio de Engenharia Civil, em representação da Presidente); António Machado e Moura (Presidente do Colégio de Engenharia Eletrotécnica); Rui Marques de Brito (Presidente do Colégio de Engenharia Mecânica); Carlos Caxaria (Presidente do Colégio de Engenharia Geológica e de Minas); Luis Araújo (Presidente do Colégio de Engenharia Química e Biológica); Bento Manuel Domingues (Presidente do Colégio de Engenharia Naval); Teresa Sá Pereira (Presidente do Colégio de Engenharia Geográfica); Pedro Castro Rego (Presidente do Colégio de Engenharia Agronómica); António de Sousa Macedo (Presidente do Colégio de Engenharia Florestal); António Sousa Correia (Presidente do Colégio de Engenharia de Materiais); Luís Amaral (Presidente do Colégio de Engenharia Informática); Luís Martins Marinheiro (Presidente do Colégio de Engenharia do Ambiente) e Dra. Alice Freitas (Chefe de Serviços), que assistiu e elaborou esta ata.

1- Intervenção do Bastonário

O Bastonário iniciou a reunião cumprimentando e dando as boas vindas aos membros do Conselho Coordenador dos Colégios (CCC), agradecendo a todos a sua presença nesta primeira reunião, bem como a disponibilidade manifestada em colaborar no mandato agora iniciado.

Realçou o papel desempenhado pelos Colégios, que considerou o elemento fundamental da estrutura da Ordem, em diversas áreas, de que destacou a colaboração na elaboração da Revista Ingenium e na preparação do Congresso Nacional.

No que se refere à Revista evidenciou as alterações que têm vindo a ser implementadas nos últimos anos, no sentido de a tornar mais informativa e de aproximação entre as Especialidades e os seus Membros.

A propósito informou dos pedidos que tem vindo a receber de alguns membros manifestando o seu interesse em ver publicados artigos técnico-científicos na Revista.

Salientou que no caso dos Colégios virem a considerar relevante a publicação pela Ordem dos referidos artigos técnico-científicos, se podia avançar com a criação, para o efeito, de uma Separata.

Considerou essencial a rápida conclusão dos "Atos de Engenharia" nas diferentes Especialidades da Ordem, no seguimento do trabalho e do esforço desenvolvido no anterior mandato, de modo a contemplarem a diferenciação na atribuição de competências entre os candidatos do 1º e do 2º ciclos (E1/E2), para que sejam publicados em DR e não possa ser alegado externamente o desconhecimento da sua existência.

Referiu ainda as dificuldades que antevia para o presente mandato, relacionadas com o processo de aprovação do novo Estatuto.

Deu conhecimento que no seguimento da publicação da Lei 2/2013 de 10 de janeiro, a qual previa o prazo de um mês para a OE submeter uma nova Proposta de Estatutos e a apresentação pelo Governo da proposta final à Assembleia da República no prazo de dois meses, a Ordem não tinha ainda tido quaisquer contactos com a Tutela, para a discussão e consolidação da referida proposta.

A OE foi convocada, pela primeira vez, para o próximo dia 14 de maio onde irá ser informada, em princípio, das lacunas que existam na proposta apresentada, esperando-se com grande expectativa os desenvolvimentos do processo.

A terminar, o Bastonário informou que foi formalizada na reunião do CDN de 10 de abril pp. a delegação de poderes para a Presidência do Conselho Coordenador dos Colégios (CCC) no Vice-presidente Nacional, Eng. Carlos Loureiro. Aproveitou a oportunidade para proceder à sua apresentação, destacando as principais funções que exerceu no setor privado e público.

Considerou o Eng. Carlos Loureiro uma pessoa de grande valor e de grande experiência profissional e política, capaz certamente de implementar um rumo de resolução rápida e eficaz dos problemas que se venham a colocar à OE e, em particular, aos Colégios.

Antes de se ausentar da reunião, o Bastonário renovou os agradecimentos aos Representantes dos Colégios presentes, manifestando estar certo do seu empenho na divulgação e dinamização da Engenharia, no sentido da resolução dos problemas que mais preocupam os membros, formulando votos de bom trabalho.

2- Apresentação dos Membros do CCC

Antes de dar início aos trabalhos, o Eng. Carlos Loureiro começou por cumprimentar os presentes, agradecendo a sua presença.

Aproveitando as considerações feitas pelo Bastonário, evidenciou os principais aspetos do seu percurso profissional, bem como as funções que havia desempenhado há alguns anos atrás na Ordem, no âmbito da Região Centro e a nível nacional.

Seguidamente deu a palavra aos Membros do CCC a fim de se apresentarem, o que fizeram referenciando a respetiva atividade profissional.

3- Termos de referência da atividade do CCC

O Eng. Carlos Loureiro salientou que era, para si, muito grato exercer o cargo de Vice-presidente Nacional da Ordem e Presidente do Conselho Coordenador e um privilégio poder trabalhar em estreita colaboração com os Presidentes dos Colégios.

Referiu que sendo o CCC um Órgão de Coordenação entre os diversos Colégios de Especialidade da OE e das respetivas atividades, tinha conhecimento das dificuldades sentidas por alguns Presidentes, em articular o exercício das suas atividades profissionais com o desempenho das suas funções na Ordem.

Manifestou a sua total disponibilidade para colaborar, de forma concertada entre os diferentes Colégios, na procura das melhores soluções para os problemas que se venham a colocar nos próximos tempos, e que contava com o apoio de todos os Colegas, bem como com a experiência dos que transitam do anterior mandato.

Solicitou aos presentes que colocassem as questões que considerassem mais relevantes no âmbito dos respetivos Colégios.

Foram evidenciadas, fundamentalmente, as seguintes preocupações:

• A emigração de um número muito elevado de Membros, especialmente Engenheiros Civis, para o estrangeiro (a Representante do Colégio de Engenharia Civil realçou a importância de se atribuir um valor acrescentado à qualidade de Membro, no caso do exercício profissional ser desenvolvido no estrangeiro, sob pena desses membros se desvincularem em definitivo da Ordem);

• Procurar que a Ciência de Materiais chegue às Empresas, dinamizando a presença dos Engenheiros de Materiais no tecido empresarial do País (Colégio de Engenharia de Materiais);

• A defesa da posição dos Engenheiros Agrónomos, face a algumas tentativas de esvaziamento das suas competências em favor de outros profissionais, que se tem vindo a verificar em matéria de regulamentação em diversos diplomas que têm surgido nos últimos tempos (Colégio de Engenharia Agronómica);

• A conclusão urgente dos "Atos de Engenharia" - foi considerada, de forma consensual, uma grande prioridade para todos os Colégios presentes, tendo sido mencionado como muito importante o trabalho produzido, designadamente no último mandato, e realçada a necessidade de harmonização e simetria dos diferentes documentos;

• A Juventude - foi salientado pela maioria dos presentes que a mesma deve constituir uma das maiores preocupações, tendo sido evidenciada a importância da integração dos jovens na OE, para o futuro e sobrevivência da própria Ordem.

Tendo em vista esse objetivo, a Presidente do Colégio de Engenharia Geográfica informou da realização conjunta com a FIG (International Federation of Surveyors na qual a OE se encontra representada através do Colégio), da "1st FIG Young Serveyors European" em Outubro próximo. Este evento que conta com o apoio da Direção da Ordem, destina-se a reunir em assembleia magna jovens engenheiros europeus para discutir os seus problemas, oportunidades e desafios futuros, numa altura em que a falta de emprego e de oportunidades constitui um dos grandes constrangimentos ao desenvolvimento técnico, científico e económico que afetará o futuro profissional dos jovens europeus;

Referiu que sendo os destinatários desta Conferência jovens Engenheiros se começou por pensar em associar o evento à promoção de uma feira de emprego, com o envolvimento de alguns Países. Não tendo sido possível a sua concretização neste "Meeting" devido a dificuldades de enquadramento na estrutura prevista para o mesmo, deixava a sugestão da sua implementação para o próximo Congresso Nacional da OE. Uma vez que as suas últimas edições foram, apesar de muito bem organizadas, pouco participadas, considerou que a referida feira de emprego poderia ser uma excelente oportunidade de mobilização, chamando os mais jovens à Ordem.

Ainda no âmbito da preocupação com a Juventude, o Presidente do Colégio de Engenharia Mecânica deu conhecimento que tem vindo a ser convidado pelos Estudantes de Engenharia Mecânica do IST, para intervir em eventos da sua iniciativa.

A propósito considerou que a OE devia ter uma política mais interventiva e de mais visibilidade junto dos jovens, nas Universidades, apadrinhando as suas iniciativas, incluindo as próprias teses de mestrado.

A nível interno, salientou que se devia apoiar e publicitar mais os estágios de admissão à OE.

• A avaliação curricular individual, a discutir conjuntamente com o CAQ (Colégio de Engenharia do Ambiente);

• A revisão de alguma legislação em vigor através, nomeadamente, de uma ação consertada junto da Direção Geral de Energia e do Ministério da Economia; maior mobilização dos membros, designadamente, através de uma maior participação nos eventos e na atividade geral da Ordem (Colégio de Engenharia Eletrotécnica);

• O novo Regulamento de Admissão e Qualificação - foi evidenciada a necessidade da OE proceder a uma adequada definição das regras de admissão, como muito importante, não só para os candidatos como também para as Universidades (Colégio de Engenharia Química e Biológica;

O Eng. Carlos Loureiro realçou que algumas das preocupações manifestadas vão ao encontro de algumas prioridades do Conselho Diretivo Nacional, designadamente a criação de um Gabinete vocacionado para apoio aos Membros da OE que se encontram a trabalhar no estrangeiro. Considerou igualmente importante atuar em interação com as Associações congéneres no sentido do reconhecimento automático dos Membros da OE nesses Países.

Para além da defesa dos seus Membros no plano interno e externo, a OE deve promover a sua valorização profissional através da realização de formações e outro tipo de iniciativas conducentes ao reconhecimento e prestígio da profissão de Engenheiro.

Considerou que, contrariamente à visão de alguns setores da vida política, as Ordens, são muito mais do que meros organismos de regulação.

4- Delegação de poderes pelo CCC no Presidente para emissão de pareceres nas candidaturas a Membro Sénior, Membro Conselheiro e Especialista

O CCC aprovou a proposta de delegação de poderes no Presidente, Eng. Carlos Loureiro, para emissão de pareceres nas candidaturas a Membro Sénior, Membro Conselheiro e Especialista nos casos em que seja necessário, por razões de celeridade dos respetivos processos, proceder nos termos regulamentares à emissão de pareceres em nome do CCC, sendo que os mesmos serão sempre objeto de ratificação na reunião plenária seguinte.

5- Assuntos que transitam do anterior mandato

O Eng. Carlos Loureiro referiu que teve conhecimento, através da ata da última reunião do CCC do anterior mandato, dos assuntos que se considerou relevante deverem transitar para o atual mandato, designadamente:

- Representatividade das Especialidades no CDN;
- A uniformização dos Atos de Engenharia;
- Utilização mais consequente e intensiva da vídeo-conferência nas reuniões, incluindo do CCC.

No que se refere à representatividade das Especialidades no CDN, considerou que a mesma estava comprometida no futuro próximo, uma vez que não fazia parte da proposta de Estatutos apresentada pela OE ao Governo.

Relativamente aos Atos de Engenharia/Uniformização dos Atos das diferentes Especialidades, o Presidente distinguiu três níveis ou patamares:

a) Desenvolver a nível interno, a partir do trabalho já realizado, uma harmonização e uma visão de conjunto dos atos, com 3 tipos de perfis (E1/E2/E3) e submeter os mesmos à aprovação do CDN (o Eng. Carlos Loureiro referiu que havia verificado numa leitura rápida dos diferentes documentos, que 6 já estabeleciam a diferenciação entre os E1 e E2), sendo os restantes 6 omissos nessa matéria);

b) Dar visibilidade e conhecimento dos mesmos junto da Sociedade, através da sua publicação em Diário da República;

c) Procurar obter a eficácia a nível legislativo, através da sua publicação em diploma.

A este propósito foi realçada a importância de se proceder com o apoio dos Serviços Jurídicos da Ordem, a um levantamento exaustivo de todos os diplomas legais em vigor no âmbito dos diversos Colégios/Especialidades.

O Eng. Pedro Castro Rego salientou a importância de se proceder à articulação no plano interno dos vários atos, à semelhança do processo já em curso para os Colégios de Engenharia Agronómica, Florestal e Ambiente, no sentido de se verificar a possível existência de conflitos entre os atos dos diferentes Colégios.

Só depois da definição das diversas competências e da consolidação interna dos atos de engenharia das várias Especialidades é que se deveria passar para o levantamento dos diplomas em que deve existir intervenção dos Engenheiros. Em sua opinião, o levantamento da legislação que existe é um trabalho fundamental para identificar as áreas.

Para o Presidente do Colégio de Engenharia Florestal, os atos de engenharia constituem o "chapéu" de qualidade. Referiu que a entrada num novo quadro comunitário de apoio implica a existência de um quadro de responsabilização perante a Sociedade, pelo que a questão dos atos de engenharia deve ser concluída quanto antes, assim como tentar igualmente reverter as matérias prioritárias para alguns diplomas.

O Presidente do Colégio de Engenharia Química e Biológica referiu que sem pretender minimizar a importância dos atos de engenharia considerava, no entanto, que na sua área a importância da inclusão dos mesmos num documento era muito relativa e correspondia a uma parte muito pequena da respetiva atividade, uma vez que a mesma era maioritariamente difícil de regular.

Nesta perspetiva via mais os atos de engenharia como um padrão e um documento com prestígio suficiente para ser aceite pela Sociedade e pelas Empresas e não tanto uma ferramenta com força jurídica, uma vez que considerava utópica a inclusão num documento de uma atividade que dificilmente seria regulada na sua totalidade.

Entendimento diferente foi o veiculado pelo Presidente do Colégio de Engenharia do Ambiente, que considerou como fundamental a regulamentação da profissão mencionando, no entanto, que antes de se avançar para o plano externo, se devia proceder à consolidação e aprovação interna dos atos de engenharia, contrariamente ao que aconteceu no mandato anterior onde os respetivos documentos nunca chegaram a ser aprovados pelo CDN.

Relativamente à eficácia externa, o Eng. Luís Marinheiro realçou que a mesma dependia também da adoção pela OE de uma política eficaz de marketing e imagem junto da Sociedade.

Finalmente e no que se refere à utilização da vídeo-conferência, foi mencionado que o sistema tem vindo já a ser utilizado há algum tempo nas reuniões dos Conselhos Nacionais de Colégio, tendo o Vice-presidente ficado de se inteirar internamente dos termos de funcionamento do mesmo e da necessidade ou não de implementação de melhorias.

6- Assuntos correntes

a. Pareceres sobre a outorga e sobre a reiteração do título de Especialista

- Pareceres favoráveis sobre a outorga do título de Especialista no âmbito das Especializações Horizontais

Foram aprovados por unanimidade, os pareceres favoráveis sobre a outorga do título de Especialista emitidos pelas Comissões Executivas das Especializações em Transportes e Vias de Comunicação, Engenharia de Climatização, Avaliações de Engenharia e Energia, relativamente aos membros constantes da lista anexa e que constitui o Anexo I a esta ata.

- Pareceres favoráveis sobre a reiteração das condições de Especialista (10 anos)

O CCC pronunciou-se favoravelmente sobre a reiteração do título de Especialista, que recebeu parecer favorável da Comissão Executiva da Especialização em Engenharia Acústica, relativamente aos membros constantes do referido Anexo I.

- Conhecimento dos pareceres favoráveis emitidos pelas CE das Especializações Verticais

O CCC tomou conhecimento dos pareceres favoráveis sobre a outorga do título de Especialista emitidos pelas Comissões Executivas das Especializações Verticais relativamente aos membros constantes do mesmo Anexo.

b. Pareceres sobre a outorga do nível de qualificação de "Membro Sénior"

O CCC emitiu parecer favorável à atribuição do nível de qualificação de "Membro Sénior" quanto ao requerimento dos membros efetivos, cujos pedidos foram apreciados pelos Conselhos Nacionais dos respetivos Colégios, nos termos constantes da lista anexa (num total de 69) e que constitui o Anexo II a esta ata.

7- Proposta de novos assuntos

Nada foi mencionado.

8- Plano anual de atividades

O Presidente do CCC colocou à consideração dos Colégios a possível entrega dos respetivos Planos de Atividades.

O Presidente do Colégio de Engenharia Agronómica questionou se valia a pena a entrega dos referidos planos de atividades, sem um orçamento acoplado e sem a existência de uma articulação com as atividades regionais.

Foram tecidas diversas considerações pelos presentes relativamente à articulação das suas atividades com as atividades dos Conselhos Regionais dos Colégios, tendo sido maioritariamente evidenciado o entendimento de que

devia competir aos Conselhos Regionais a promoção de ações de formação e atualização de conhecimentos mais voltada para os respetivos membros e que a realização dos eventos relacionados com assuntos de interesse nacional deveria competir aos Conselhos Nacionais dos Colégios.

Nesta perspetiva foi salientado que os Conselhos Nacionais dos Colégios deviam identificar áreas prioritárias de intervenção (ex: captação de novos membros; identificação dos grandes vetores de preocupação) e alocar às especificidades de cada Região a realização de iniciativas nessa área, cabendo, no entanto, ao Nacional a coordenação das grandes linhas de ação.

Foi evidenciado que efetivamente, por vezes, as atividades que existem nas Regiões, da iniciativa dos Conselhos Regionais dos Colégios, não são do conhecimento nacional.

Para evitar que tal aconteça e de modo a inverter a referida situação, foi referido que os Presidentes dos Colégios deviam diligenciar no sentido de sensibilizar os Coordenadores Regionais, que integram os respetivos Conselhos Nacionais, a interagir com estes.

No âmbito das atividades/iniciativas dos Colégios foi realçada a importância da transversalidade, tendo sido mencionados os bons resultados alcançados recentemente em algumas iniciativas conjuntas, designadamente, no decurso do último Congresso, onde tiveram lugar sessões organizadas em simultâneo por diversos Colégios.

Com o mesmo objetivo, o Presidente do Colégio de Engenharia de Materiais defendeu a realização de Encontros entre as várias Especialidades, como forma de se encontrarem áreas comuns na defesa de interesses também comuns, geradores de projetos capazes de contribuir para a inovação e criação de valor e que despertem o interesse dos mais jovens.

Na perspetiva mencionada, os planos de atividades foram considerados como fulcrais para a OE.

Necessitando de se afirmar para fora pela qualidade, foi realçada a importância da divulgação pela Ordem das suas atividades através de uma imagem e marketing fortes. A OE deve ser capaz de gerar informação relevante e de veicular a opinião dos engenheiros para o exterior.

O Eng. Carlos Loureiro realçou a utilidade dos Planos de Ação e de um esforço de planeamento por permitir a verificação da existência de lacunas e por outro lado, possibilitar uma melhor articulação das iniciativas nacionais e regionais e entre as próprias Especialidades.

Relativamente às iniciativas nacionais e à discussão de grandes temas nacionais, considerou que valorizam a intervenção dos Engenheiros perante a Sociedade não só pelo valor económico que representam, como pelo rigor técnico, evidenciando melhores indicadores de desempenho e de eficácia comparativamente com outras iniciativas sem a intervenção de Engenheiros.

Face ao referido, foi acordado que cada Colégio apresentasse na próxima reunião do CCC o seu Plano de Ação e respetivo Orçamento. Os Planos constituirão documentos internos através dos quais se procurará efetivar uma aproximação intra e inter Colégios, bem como a sua adequação ao ciclo do Plano anual da OE.

O Presidente do CCC ficou de saber junto da Direção Financeira da OE qual a melhor forma de articulação entre o documento "centros de imputação de custos por Colégio", que tem vindo a ser habitualmente distribuído para conhecimento e os orçamentos a apresentar brevemente.

9- Proposta de futuras datas da reunião do CCC (proposta de fixação da 4ª feira, aproximadamente de 2 em 2 meses)

Foi aprovado o plano apresentado relativamente às datas das futuras reuniões do CCC, com exceção da reunião de Setembro que passou do dia 4 para o dia 11.

As reuniões terão lugar às 16h00:

a. 3 de julho
b. 11 de setembro
c. 30 de outubro

10- Encerramento da reunião

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada.

Eng. Carlos Loureiro
(Presidente)

Dra. Alice Freitas

Lisboa, 8 de maio de 2013